



Foto: Ton Molina

RICARDO LEWANDOWSKI É EMPOSSADO COMO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Em cerimônia realizada nesta quinta-feira, 01 de fevereiro, no Palácio do Planalto, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deu posse ao Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, como substituto de Flavio Dino no comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

A Segurança Pública foi destaque nos discursos proferidos, e o tema será tratado como prioridade pelo novo Ministro. Caberá ao Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Mario Luiz Sarrubo, comandar a Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão responsável pelas políticas públicas relacionadas ao combate ao crime organizado e à criminalidade.

Para o cargo considerado o “número 2” do Ministério, Lewandowski escolheu o jurista e professor de sua confiança, Manoel Carlos de Almeida Neto, que o acompanhou em sua trajetória no Supremo Tribunal Federal (STF), assim como sua chefe de gabinete, Ana Maria Alvarenga Mamede Neves.

Almeida Neto será o Secretário Executivo da Pasta, cargo ocupado anteriormente por Ricardo Capelli (PSB), que atuou na intervenção Federal no Distrito Federal no início de 2023. Após sua exoneração, Capelli aceitou o convite do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para assumir a presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Por sua vez, a Secretária Nacional de Justiça será ocupada pelo advogado Jean Uema, que atualmente ocupa a Assessoria Especial da Secretaria de Relações Institucionais.

A posse contou com a presença de diversas autoridades, incluindo Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Deputados, Senadores, Ministros de Estado, além dos ex-Presidentes da República Fernando Collor de Mello e José Sarney.

AUSÊNCIA

Também estiveram presentes na cerimônia, além do Presidente da República, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin (PSB), o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). No entanto, o evento não contou com a participação do deputado Arthur Lira (PP/AL), Presidente da Câmara dos Deputados, que estava cumprindo agenda em Alagoas.

A ausência do parlamentar pode indicar uma sinalização de insatisfação do Presidente com o Planalto, especialmente em relação aos vetos presidenciais ao Orçamento de 2024. No mesmo ano, o deputado também não compareceu ao evento que reuniu membros dos três poderes em 8/1, marcando o primeiro aniversário dos atentados contra a democracia na Praça dos Três Poderes.

Além dos vetos, Lira já havia demonstrado desagrado com a articulação política do Planalto, conduzida pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.



“É nossa obrigação, e o povo assim espera, que o Ministério da Justiça dedique especial atenção à segurança pública, que ao lado da saúde é hoje uma das maiores preocupações da cidadania...”

Ricardo Lewandowski,
Ministro da Justiça e Segurança Pública



“O crime organizado não é uma coisa de uma favela, não é uma coisa de uma cidade, não é uma coisa de um estado. O crime organizado é uma indústria multinacional de fazer delitos internacionais. E o crime organizado está em toda atividade desse país.”

Lula,
Presidente da República

EM EVENTO SUCINTO, OCORRE A ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO

Ocorreu nesta quinta-feira, 1º de fevereiro, a abertura do ano do Judiciário. O evento teve duração de cerca de 53 minutos e, como de praxe, contou com a presença dos presidentes dos Três Poderes, apesar da notável ausência de Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados.

Diferentemente da abertura do ano passado, que ocorreu apenas três semanas após os ataques de 8 de janeiro, este ano os presidentes Barroso, Pacheco e Lula destacaram o retorno da paz institucional e a normalidade no país.

O presidente do Supremo Tribunal Federal discursou mantendo-se na linha do retorno à normalidade e ao bom funcionamento das instituições. Na mesma retórica, manteve-se o presidente do Senado Federal, que ressaltou que o país avança quando os Três Poderes estão em harmonia e sincronia. Já o presidente da República foi um pouco mais incisivo em seu discurso, condenando novamente os ataques extremistas ocorridos em 2023 e defendendo a regulação das redes sociais como forma de preservar a democracia e os direitos humanos.



“Felizmente eu não preciso gastar muito tempo e nem energia falando de democracia, porque as instituições funcionam na mais plena normalidade, convivência harmoniosa e pacífica de todos”

Luís Roberto Barroso,
Presidente do Supremo Tribunal Federal



“A segurança democrática, no fim das contas, depende de um trabalho harmonioso, coordenado e cooperativo entre os Poderes. Jamais se pode cogitar na interrupção do diálogo. O Judiciário julga aquilo que é de sua competência e busca o equilíbrio na aplicação da lei. O Poder Executivo sob a tutela de um presidente democraticamente eleito, o presidente Lula, governa o país. E nós do Legislativo estabelecemos as regras de convivência social a partir daquilo que a Constituição Federal nos impõe, que é de legislar.”

Rodrigo Pacheco,
Presidente do Congresso Nacional

PRESIDENTE DA CLDF APONTA PRIORIDADES PARA 2024

Em entrevista concedida na quinta-feira, 1º de fevereiro, o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), deputado Wellington Luiz (MDB), elencou as prioridades da Casa para o ano legislativo de 2024. Entre elas está o combate ao feminicídio, que teve um aumento no número de casos em janeiro, com a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os casos de violência contra a mulher. Outro tema que a Câmara irá abordar desde o início dos trabalhos é o combate à crise de saúde relacionada aos casos de dengue. Segundo o deputado, a medida prioritária é o projeto que autoriza a contratação de agentes de vigilância sanitária.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ARQUIVA INQUÉRITO CIVIL CONTRA ANDERSON TORRES

O Ministério Público Federal arquivou o inquérito civil instaurado para investigar possíveis ações e omissões do ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres. O procurador responsável por analisar as provas concluiu que não houve dolo na conduta de Torres, pois não existiam elementos para concluir que o então secretário tinha a intenção de permitir a ação dos manifestantes na Praça dos Três Poderes.

Material produzido por